

DIMENSÕES QUALITATIVAS DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA.

Enio Waldir da Silva¹

Estamos em um tempo de pensar a democracia para fazer transformações sociais sem tomar o poder. Devíamos ter chegado a era da democracia participativa, ou ao menos de termos a democracia como começo, meio e fim de nossas formas de vivência. Tudo isso porque ela nasceu, no ocidente, como expressão de uma forma de estruturar poder dos interesses coletivos há mais de mil anos. Não vamos falar da evolução histórica, apenas nos entender do seu significado aqui tratado: é uma forma de organizar a sociedade a partir dos interesses universais dos cidadãos. Não trataremos como forma de governo, regime, etc, mas como forma de vida, onde ninguém quer tomar o poder e sim fortalecer as formar de compartilhá-lo ao ponto de nem sentir que o poder existe, pois ele é apenas uma energia da motivação racional que move os indivíduos na participação da produção, distribuição de tudo aquilo que é necessário para todos. Por isso a grande questão é garantir que os indivíduos tenham capacidade de elaborar seus interesses juntos com os interesses dos outros para coletivamente os desenvolverem, sem viciá-los ou confina-los a estruturas cuidadas por poucos – como é a democracia pensada sobre a lógica do sistema.

A democracia tem que ser pensada colocando a vida no centro de todos os processos e procedimentos. Isso significa que em torno dela deve girar os elementos que a sustenta, como a cultura, a sociedade, a natureza, e o trabalho. Da cultura se exige saberes edificantes, plurais, multiculturais e emancipatórios (libertários). Da sociedade se exige relações sociais solidárias, responsáveis e participativas. Da natureza se quer a saúde da terra, do ar, da água e da energia e do trabalho de defenda a dignidade da produção coletiva e distribuição coletiva, usando de tecnologia social para gerar renda digna e dignidade para com a renda. A cultura pede democratização da cognicidade, a sociedade solicita a solidariedade, a natureza exige a sustentabilidade e trabalho busca a dignidade. Estes são os conceitos vivenciados por uma razão democrática.

É, então, a participação democrática como ação permanente de sujeitos um tema sempre recorrente nos estudos políticos das últimas décadas. A questão central é saber

¹ Dr. Sociologia - Professor e pesquisador da Unijui. Mestrado em Direitos Humanos.

sobre a qualidade dos processos participativos nos grupos pelos quais o processo decisivo, o acompanhamento da implementação destes e a avaliação dos resultados é essencial. Discutimos aqui as dimensões da democracia nos grupos organizados e emergentes das situações de vulnerabilidade social, como é o caso dos catadores de materiais recicláveis, integrantes do movimento de Economia Solidária, pois trata-se de discussão resultante de pesquisas que estamos fazendo nestes grupos. Usamos as teorias sociais contemporâneas, por um lado a Teoria de Jürgen Habermas, de Alain Touraine e de Boaventura de Sousa Santos para abordar os limites e possibilidades práticas da democracia participativa vivenciadas nesses grupos e por outro, as pesquisas atuais sobre as experiências do uso do poder na economia solidária.

Vamos defender a hipótese de que é possível perceber que, para garantir os fins da Economia Solidária em grupos específicos, é imprescindível que os cidadãos envolvidos mantenham a vigilância constante dos processos e procedimentos ativos e estruturais. É a participação efetiva dos sujeitos que garante que consciência solidária não se dissipe, afirmando a responsabilidade do caráter libertário emancipativo que a auto-organização exige. Em termos concretos o grande obstáculo para a efetividade democrática participativa é a situação substantiva destes sujeitos permeada por necessidades de renda e pela fraca cultura democrática dos indivíduos ali presentes. A luta pelo ideal e as situações concretas destes contextos cria um aprendizado que possui significado muito especial.

1- A crise da democracia representativa

As circunstâncias das relações de poder na modernidade produziu efeito de desvalorização cultural dos processos participativos, além de viciá-los e desviá-los de sua essência constitutiva, que é o participar sempre e não apenas em momentos especiais. Além da onda da divisão do trabalho que promove ideias de que a gestão dos processos coletivos é função de especialistas, também o *eleitoralismo partidocrático* empurra a população para sequência de eleições que tira a identidade das propostas e a importância da participação social pelo voto.

A democracia representativa sofre de entropias próprias de seu processo de afirmação e consolidação em espaços onde o poder apresentava-se concentrado em estamentos e classes proprietárias dos bens de produção e circulação. Para não perder este poder e para dar respostas as exigências de democracia estas forças desvirtuaram os fundamentos básicos do conteúdo da democracia: a participação, o controle do cidadão

e a avaliação dos resultados, a prestação de contas públicas, fazendo uma mistura entre o interesse público e o privado.

Cada vez mais se agravam os problemas resultantes deste democratismo irracional que ilude dar poder a quem vota e encurrala os votantes na institucionalidade representacionista dos que ocupam cadeiras no legislativo e no executivo. Reforça os vícios do comportamento do eleitor que apenas delega poder a quem vence a eleição. Quem vence a eleição governa como quer, sem observar princípios e propostas partidárias – quando se tem - faz alianças espúrias, aproveita as benesses do papel que ocupa, age sempre estrategicamente para se manter no poder, reforça retorno a aliados que lhe garante custos eleitorais de pesadas campanhas políticas, usa os aparelhos informacionais para marketing de ações que seriam apenas deveres seus, etc. São representatividades que respeita apenas a parcialidades dos direitos políticos, não respeita os direitos da maioria e se caracteriza pela irresponsabilidade política com os eleitores, escondem-se em regras de exceção e mantêm o sistema com suas brechas corruptivas, fugindo de todas as formas de controle e prestação de contas, criando um abismo entre representantes e a população. Sustentam a troca de favores, corrompendo a relação entre os poderes. O sistema político é capaz de produzir e mantêm uma legalidade abrangente, normatizada sem o que o Estado faça presença constante e tampouco a sociedade desorganizada exige das governanças à legitimidade racional técnica (Campilongo, 2010).

Estamos diante da fragmentação do Estado e não compartilhamento de poder. O Estado, enquanto expressão estruturada do poder coletivo, se expressa como uma máquina burocrática irracional, ineficiente e *desequipada*. Esta situação é resultante de uma historicidade do trato com a esfera pública e da forma como se formou a sociedade civil.

No Brasil o sistema político criou setores internos são funcionalmente isolados e auto-estimulados e atuando para manter seus atores longe de serem eficientes, impossibilitando de tornar fazer com que Estado produza com eficiência, o que levou a sociedade a não perceber as eficácias do poder. As sobreposições de funções faz com que permanecesse a cultura do privado e o poder passou a ter donos, falsificando a democracia e criando uma máquina exposta aos grupos pilhadores do Estado, que a transformam em um balcão privilegiado de negociações e corrupção, beneficiando facções e privatizando os benefícios que deveriam ser distribuídos a toda a população.

Por longo tempo a população permaneceu inserida em seus vícios fragilizantes e atomizada, percebe isso em silente indignação e impotente diante do quadro estrutural, não encontra formas de contrapor-se à essa fragmentação. Sem perceber unidade nacional sente frustrações públicas que propiciam o surgimento de explicações fáceis para o fracasso (“políticos corruptos”, “eleitores ignorantes”, etc). Aos poucos estamos saindo desta situação. Somos uma nação nova, um povo novo, com uma democracia novíssima. Estamos com as possibilidades de não seguir os caminhos viciados da democracia representativa moderna.

Para entender as razões deste quadro, precisamos pensar que somos uma nação recente e que recém engatinhamos para um amadurecimento democrático. Ou seja, isto tudo é desaguadouro das históricas práticas autoritárias e violentas que minaram as instituições, a cultura e os processos democráticos iniciados. Marcado pelos interesses mercadores no Brasil, ao longo dos anos de colonização, não se fazia referências a sua população como “povo”. Esta é encarada como um amontoado de gente que precisa ser alinhada aos interesses dos governantes que amarram o poder a economia. Somente os Jesuítas reconheceram negros e índios como parte da humanidade, mas imerso no espírito medieval da contra-reforma não podiam reconhecê-los como povo. Os povoadores brancos ficaram dispersos pelo território não se reconheciam como uma sociedade articulada. Somente depois da independência alguns intelectuais das elites reconheciam que as gentes que tinha diante dos olhos precisavam se tornar povo e queriam criá-lo para se ter a premissa da nação.

O Estado racional moderno no Brasil é criação tardia, como realidade e como objeto de pensamento. Na Europa começou no renascimento, mas em Portugal no Século XVIII, com Pombal. No Brasil, esta mesma concepção começou no Século XIX, com D. João VI e na independência com José Bonifácio. No entanto, a concepção de social ficou imerso as visões de mundo medievais que misturava aspectos culturais, sociais, políticos e econômicos. Somente depois de 1920-1930 teremos um pensamento social mais específico, quando terminou o ciclo da formação do Brasil: Três séculos de Colônia, um século de império e quase meio século de república agrária. Foi nos anos 1920/30 que começamos um tempo de racionalização, modernização, urbanização, expansão da educação, universidades (diferente das escolas profissionais de direito, medicina, engenharias), pensado por Oliveira Viana, Caio Prado Junior, Gilberto Freire, Sergio Buarque de Holanda (Sociólogos ensaístas). Todos percebiam as marcas da cultura colonialista, autoritária, militarista – forte presença em ações em 1822; 1831;

1845; 1860; 1889; 1896; 1922; 1930-45; 1956;1964-1985 , que geraram muitas consequências na sequência dos anos em seguida – coronelismos, patrimonialismos, familiarismos – apego dos imigrantes as sua unidades familiares para sobreviverem – clientelismos, religiosismos, etc.

As reações do povo se fizeram presentes, mas efêmeras para a constelação do poder econômico, político, social e cultural. Embora muitas vezes as manifestações fossem lideradas por elites descontentes, ela possui marcas indeléveis no amadurecimento de um Estado moderno. Poucas vezes tivemos movimentos nacionais das massas, porém tivemos muitas lutas locais e regionais.

No período da colonização tivemos a Confederação dos Tamoio como primeira rebelião de que se tem notícia (1562); Guerra dos Bárbaros, sublevação indígena (durou cerca de vinte anos, a partir de 1682);Insurreição Pernambucana, luta da população nordestina (a partir de 1645) contra o domínio holandês; Revolta no Maranhão, lei que proibia a escravização de índios provocou a revolta (1684 a 1685); Guerra dos Mascates entre 1710 e 1711, em Pernambuco; Revolta de Filipe dos Santos; exploração do ouro e cobrança extorsiva de impostos provocaram a insurreição (Vila Rica, década de 1720); A inconfidência mineira, que seguia a onda da independência dos EUA e da Revolução Francesa que estimularam aspirações autonomistas e liberais (21 de abril de 1792); A Conjuração Baiana (ou Conspiração dos Alfaiates) em 1798; Revolução de 1817 em Pernambuco.

No Período imperial, houve a Confederação do Equador (2 de julho de 1824, no Recife); A Cabanagem, de 1833 a 1839, no Grão-Pará (Amazonas e Pará atuais); A Revolução Farroupilha, Rio Grande do Sul: movimento que pode ser considerado republicano e federalista de amplas proporções (de 1835 a 1845); A Sabinada, na Bahia, foi uma revolta irrompeu a 7 de novembro de 1837, pretendendo implantar uma república; A Balaiada, movimento insurrecional extenso e profundo, sacudiu o Maranhão - e parte do Piauí e do Ceará (de 1838 a 1841); A Revolução Praieira, que seguiu projeção semelhante as revoluções populares da Europa de 1848.

No período republicano é possível destacar, a Revolta a Armada, movimento contra o presidente Floriano Peixoto que Floriano Peixoto que surgiu no Rio de Janeiro, em 6 de setembro de 1893; A Revolução Federalista, iniciada em fevereiro de 1893, no Rio Grande do Sul; a Guerra dos Canudos, guerra contra os habitantes do arraial de Canudos, no interior da Bahia, onde viviam, em 1896, cerca de 20 mil pessoas sob o comando do Antono Conselheiro, 25 mil mortos; A Revolta da Vacina, em Novembro

de 1904, Rio de Janeiro; A Revolta da Chibata (ou Revolta dos Marinheiros), que aconteceu de 22 para 23 de novembro de 1910 os marinheiros se revoltaram, exigindo novas relações dentro da Armada (eliminação do castigo da chibata) e reconhecimento de pobres e negros como cidadãos livres e dotados de direitos; A Revolta de Juazeiro, 1914, em Juazeiro do Norte, interior do estado do Ceará; A Guerra do Contestado, entre 1912 e 1916, na região dos estados do Paraná e Santa Catarina; O Movimento Tenentista, começou primeiro no Rio de Janeiro, em 1922, depois em São Paulo, em 1924 e seguiu no Rio Grande do Sul com a Coluna Prestes; A Revolução de 30, talvez a manifestação mais ampla e generalista e de impacto em toda a nação; A Revolução Constitucionalista, dois anos depois da Revolução de 30, a 9 de julho de 1932, o Estado de São Paulo se rebelou contra o governo Vargas; A Revolução de 1964, onde as elites tomam o poder a 31 de março de 1964.

Os movimentos e lutas específicas das classes operárias, com caráter universal e permeada por ideais de democracia iniciou próximo de 1920 e com o aumento urbanização e do processo de industrialização. Seguiu-se com a criação do partido comunista em 1922, cuja ação possibilitou a afirmação de alguns direitos civis e os direitos sociais do pós-30. Na década de 1920 organizam-se novas reações que irão culminar na “Revolução de Trinta”. Entre elas destacamos: As greves operárias (1917, 1922, 1923, 1926, 1927, 1928, 1929, 1930) e a organização sindical (anarquistas e socialistas); A fundação do Partido Comunista Brasileiro, em 1922; A criação da Imprensa Operária, especialmente os pasquins; A Semana de Arte Moderna, em 1922.

Muitas das reivindicações feitas pelos movimentos sociais da década de 20 são atendidas pelo governo de Vargas. Porém, ele inverte o enfoque da questão social levando-a para uma dimensão assistencialista e paternalista. O governo chama para si a responsabilidade e atrela as reivindicações ao nível das esferas públicas criando um conjunto de mecanismos para consolidar esse atrelamento: previdência social, legislação trabalhista, justiça do trabalho, legislação sindical, etc. Quem não concorda com esse atrelamento é perseguido como inimigo do povo brasileiro e da modernidade, caso dos “comunistas”. A legislação protecionista era restrita ao meio urbano, numa clara postura de incentivo ao processo de industrialização e urbanização.

A partir do fechamento, implantado com o Estado Novo, a partir de 1937, as manifestações populares passaram a ser vistas como “agitação social”, “ameaça do comunismo” e “caso de polícia”. Essa situação perdurou até o processo de redemocratização e o fim da “Era Vargas”. A partir de 1943, momento em que o Brasil entra na 2ª Guerra, começam a eclodir manifestações contra o Estado Novo.

Este período é marcado pela organização partidária, organização sindical e uma retomada dos movimentos sociais que passam a questionar as desigualdades geradas pelo novo modelo de sociedade que se implantava. Uma sociedade urbano-industrial fundada numa aliança entre o Estado, o capital nacional e o capital externo.

A década de sessenta representa a confluência da crítica ao modelo concentrador e excludente que se consolida no Brasil. As ligas camponesas, o movimento estudantil, o movimento sindical rural e urbano, o movimento de base (MEB) e os partidos mais à esquerda exigem reformas urgentes. O governo de Jango decide implementar algumas. A direita apela aos militares e toma o poder, através de um golpe militar, em 31 de março de 1964.

Os movimentos sociais são duramente reprimidos. A questão social passa a ser vista como ameaça à segurança nacional. A Ideologia de Segurança Nacional passa a ditar as normas para o trato das manifestações sociais contrárias ao Regime ou que reivindicavam algum tipo de participação na vida do país.

A reação da direita à retomada dos movimentos e organizações sociais foi um conchavo político que levou à “Nova República”, frustrando mais uma vez a expectativa popular. O governo da Nova República incorporou algumas reivindicações que se consolidaram na Constituição de 1988. Da mesma forma, a mobilização popular viveu seu auge em torno desse momento que marcou a eleição de partidos de oposição na maioria absoluta dos Estados da Federação e na quase eleição de um Presidente de esquerda em 1989.

De qualquer forma as modernizações não nasceram com rupturas claras, pois traziam consigo e projetavam para frente o passado. A Independência política, em 1822, transferiu de Portugal para a Inglaterra a dependência econômica a tardia Abolição da escravatura, em 1888, manteve intacta a segregação social e a desvalorização cultural do mundo do trabalho; o advento da República, em 1889, não foi capaz de alterar nossa condição primário-exportadora; a Revolução de 1930, realizada quando 80% da nossa população moravam no campo, não mexeu na estrutura da propriedade agrária; relações diferentes surgiam, mas as antigas se renovavam e permaneciam decisivas nos novos contextos, embora mudassem de forma. Assim, passado e futuro estabelecem entre si uma convivência complexa, que se desdobra no tempo e confere ao trânsito entre “não-nação” e nação um caráter prolongado e tortuoso.

2- Novas constelações democráticas

Antigas e retrógradas forças de direita continuam presentes no sistema político redemocratizado. A corrupção e clientelismo tentam reemergirem num contexto político definido por baixa lealdade partidária e instituições frágeis, no qual a transferência

condicionada de recursos públicos é o ingrediente básico da formação de consenso; a concentração de propriedade das mídias; estigmas raciais; sentimentos de rejeição; ambições econômicas frustradas; hipocrisia e amoralidade na imprensa.

Na linha dos setores avançados que substituíram a velha direita que se mantinham nas governanças, encontram dificuldade de melhorar as estruturas recém-institucionalizadas. Temos ali faccionalismos, divergências de interesses, discriminação, distribuição de benefícios, praticas para manter reputações pessoais em fóruns, tendências a excluir novas lideranças de facções dissidentes, ofensas...

Mas é notável os avanços democráticos em diversas iniciativas que brotam do Estado democrático: sistemas de conselhos de gestores de políticas publicas; a pluralidade de esferas publicas; as mídias alternativas; orçamento participativo; fóruns participativos; experiências de educação alternativas; movimentos sociais bem focados. Em relação a esfera publica e a partilha do poder do Estado, a dinâmica mais visível é do orçamento participativo, que transformar o espaço público num espaço dialógico e interativo. Em termos Sociedade Civil em movimento o mais significativo é o Movimento dos Sem Terra, que possui perspectiva de transformações radicais do poder, da economia, do social e da cultura. Nos últimos anos vemos convergir o melhor do Estado democrático e da sociedade civil organizada para o Movimento de Economia Solidária.

Esta vem se desenvolvendo com uma esfera pública para além do Estado e sintetizando as angustias e as indignações, ao mesmo tempo que vem demarcando espaços sociais com práticas constitutivas de novas sociabilidades. Aqui, as energias dos orçamento participativo do MST se faz sentir sem que se tenha atores diretos que funcionem como condutos. São experiências democráticas e democratizantes muito diversas, cujo contexto em que acontecem traduzem-se em esferas públicas autônomas e solidárias demonstradas em fóruns de discussão participativas. Não é possível negar que ao participar das assembleias decisórias os atores não apenas estabelecem campos de conflito com o Estado, mas também entre si. Sobretudo, é onipresente em tais fóruns deliberativos a influência do Estado, pois ele detém o crucial conhecimento especializado para moldar e estruturar sua agenda, de modo que as agências governamentais neles desempenham um vital papel organizacional, mas as características deliberativas mantêm peso relevante das camadas populares excluídas ou em vulnerabilidade social.

Esta tentativa de se libertar do Estado e tê-lo como parceiro produz fortes discussões diante dos vícios perigosos que ainda permeiam o poder e as organizações e movimentos sociais. Do lado do Estado democratizado o dilema é criar as regras procedimentais, fortalecer conhecimentos especializados, ampliar o acesso à

informação, articular a educação civil e dar validade a institucionalização legal de novos direitos e obrigações. Do lado da sociedade civil o dilema é a expansão da cultura solidária das organizações ao ponto de garantir a segurança econômica dos empreendimentos.

Algumas visões do governo fortalecem agências para enfrentar o desafio de educar centenas de milhares de novos cidadãos para capacitá-los a participar de modo mais efetivo em processos participativos que demandam significativo conhecimento técnico e especializado. Vemos em Editais do CNPQ, CAPES, FAPERGS e outros fomentam pesquisas e ações extensionistas com perspectivas inclusivas e democratizantes.

Mas ainda não é possível perceber tentativas honestas e francas de uma real partilha de poder que reforcem a cultura de democracia e cidadania. Inclusive é possível perceber que para garantirem a legitimação política das governanças agem para desarticular grupos de pressão política, mas são as classes populares as vítimas diretas destas ações. O papel definidor do Estado não pode ser ignorado, pois assume um papel cada vez mais dominante na estruturação dos debates, mas decisões importantes ocorrem fora dos fóruns deliberativos pressionado por burocracias e disposições legais, levando os processos participativos a se tornar espetáculos de legitimação que dissimulam uma carência de conteúdo democrático.

Apesar desta realidade perigosa, as iniciativas como a do orçamento participativo podem, entre outras coisas, diminuir as práticas de corrupção ou clientelismo e funcionar como escolas de cidadania fortalecedoras de processos socialmente progressistas ao desafiar compromissos políticos dos governos com padrões morais e éticos elevados e com as forças sociais progressistas que sustentam esses compromissos.

Na economia solidária vemos a presença de uma diversidade de atores que convergem para seu fortalecimento com um movimento social agregadores de excelentes perspectivas transformativa. Temos aqui o destaque de dois atores sociais básicos: os intelectuais engajados e os trabalhadores de materiais recicláveis – os catadores

Os intelectuais mais consequentes são aqueles que se desesperaram com a prática partidária das esquerdas que subiram para a administração do Estado e se aprisionaram as estratégias de manutenção do poder. São raros os intelectuais de direita que se engajaram no movimento de economia solidária. O locus de ação dos intelectuais é em ação de apoio, em pesquisas, em processos organizativos e em diálogos de compreensão. Atuam na formação de opiniões mobilizadora e desencadeadora da fala dos cidadãos. Não se baseiam em celebridades ou notoriedades, mas em intervir como vigilantes epistemológicos de ações e expressões argumentativas. Não se dirigem a um

público de assistentes ou espectadores, mas de gente interessada em diálogos de entendimentos. Escrevem sobre estas realidades dando importância à troca de razões, e não o enfeixamento encenado de olhares. Não usam a influência ganha com palavras como meio de conquista de poder, rastreiam temas importantes, levantam teses fecundas e ampliam o espectro dos argumentos pertinentes para melhorar o nível dos debates públicos. Precisam estar muito atentos com os que aproveitam para aparições elitistas de intelectuais vaidosos. Na verdade entendem que é preciso instituir um contra-poder crítico eficaz, capaz de se exprimir em nome do maior número de pessoas, as conquistas mais sofisticadas e mais avançadas das práticas democráticas elevando-as para as pesquisas científicas e ao mesmo tempo fazem a tradução das conquistas da reflexão humana feitas pela ciência. Não focam a democracia em tomadas de poder, mas construir culturas anti-hegemônicas capazes de transformar a sociedade pelas redes de experiências. Fortificam as articulações transnacionais das diferentes experiências de democracia participativas locais e que tenham interesse em promover a democracia participativa. Fortalecem a credibilidade dos locais nos globais, pela formação de redes de solidariedades internacionais, regionais e locais, pela aprendizagem recíproca, pelo fortalecimento da cultura de paz e pela legitimidade de práticas cada vez mais democráticas. Tornam a democracia em movimento de princípio sem fim e corta os perigos que a cercam: burocratização, clientelismo, instrumentalização partidária, silenciamento e manipulação participativa.

A questão da democracia coloca-se na transformação da sociedade, sem, necessariamente tomar o poder, uma vez que trata-se de diluir este entre cidadãos atores e agências. Liga-se não ao cumprimento de normas e leis, mas às vivências livres, ativas e motivadas a participar coletivamente das decisões sobre os interesses comuns, da implantação destas e da avaliação de resultados replicantes.

O grande desafio é como fazer emergir interesses comuns, universais. Precisa de algumas forças institucionais capazes de educar para a universalidade e tornar capaz de expressá-la no contexto do outro. Esta força está nos movimentos sociais populares, na educação escolarizada, nas cooperativas populares, nas associações de classes populares, onde se possa criar imaginários, ideias de governo popular, autogestão, relações sociais solidárias, trabalho solidário, renda digna e direitos humanos fundamentais.

Mas é preciso vencer os vícios maiores da participação que emergem da falta de reais espaços de diálogos sobre propostas amplas que fortalecem a motivação para processos deliberativos criadores de capacidades de discernimentos. É a própria humanidade de cada ser humano exercitando sua essência na permanente participação que fundamenta-se no diálogo, no compartilhamento, no sentido crescente de

pertencimento, reconhecimento de igualdades e diferenças e busca de sustentabilidade social, antropológica, ecológica das vidas em sociedade.

3- **Democracia e participação nas classes populares.**

O processo participativo, não se resume apenas a um conjunto de ações organizadas e compartilhadas em benefício da instituição, mas **é uma filosofia**, que exige a construção interativa de uma postura que, por sua vez, também pressupõe revisão de atitudes em relação à vida solidária, ao trabalho, a gestão dos bens coletivos. Geralmente, isso nos remete a uma prática complexa, difícil de ser concretizada porque uma instituição essencialmente coletiva e organizada, não pode figurar como “vitrine política”, instrumento para fazer da comunidade um veículo de falsa “utilidade pública”, entre outros instrumentos de mediação de poder sobre os excluídos sociais.

A democracia deve ser como começo, meio e fim, contido no processo associativo ou cooperativo, construído através do planejamento participativo, desde os momentos de diagnóstico, passando pelo estabelecimento de diretrizes, objetivos e metas, execução e avaliação, além de projetos específicos de interesse da coletividade, que devem ser sistematicamente avaliados e revitalizados, para uma prática de gestão democrática que se sustenta se tiver os pressupostos de cultura e concepções significativas que primem pela perspectiva da educação como um processo libertador/emancipador que constrói a cultura do diálogo, da conquista coletiva de autonomia, o compromisso político, ético e estético com a construção de uma sociedade mais justa. Não se trata de burocratização de procedimentos, mas dar a palavra aos participantes para gerar a responsabilidade da escuta, como um convite a motivação racional para entendimentos das proposições coletivas.

Neste sentido, o sentido justo de uma participação requer novas razões públicas da vida republicana. Um dos elementos fundamentais da participação é diálogo direto, amplo, aberto e franco. A compreensão do tipo “participação” e também necessária para a efetivação dos interesses coletivos, pois se constitui em um grande desafio diante da consciência, da gramática do social e da gramática do instituído. A participação não implica apenas a presença física dos sujeitos nas instâncias planejadoras, decisórias e de execução das ações. É preciso que se participe de forma qualificada pelo uso do argumento e de informações, de fala e de escuta, ou seja, precisa-se criar uma prática de diálogo que assegure a essência das relações criativas dos saberes diferenciados.

Precisa-se de disposição para falar e ouvir, entendendo e fazendo esforço para que o outro a entenda a sinceridade dos interesses, respeito pela fala do outro, ambiente apropriado para a fala, construção coletiva dos entendimentos e a formulação da argumentação que vai orientar as ações coletivamente planejadas. As capacidades comunicativas advêm da consciência dos contextos políticos, sociais e culturais. A efetivação dos processos participativos de fato somente acontecerá se tivermos espaços de falas os entendimentos mútuos. Na maioria dos casos a fragilidade da participação está enraizada na lógica capitalista da concorrência que se encerra o indivíduo em uma cultura de vivência em que uns deveriam tratar o outro como estranho e competir com ele. *Cada um por si* foi uma norma implícita a esta cultura de mercado destrutivo. Os ideólogos viam a pessoa como uma fonte de lucro, um sujeito que produz, consome e faz circular mercadoria para gerar o grande ente social: *dinheiro para o lucro de acumulação privada*. O mercado capitalista, da forma como foi estruturado, nunca foi um lugar da livre disposição dos produtos do trabalho do homem e nem lugar da livre demanda e livre oferta. Virou lugar para alguns monopolizarem o lucro, onde apenas alguns ofertam e alguns conseguem comprar. Este mercado – lugar sagrado do liberalismo - destruiu grande parte dos laços de solidariedade, transformou as cidades em lugares de concentração de propriedades imobiliárias, de trocas, de acumulação de lucros e de forças que atacam a cultura de solidariedade, confinando o indivíduo nos cálculos de benefícios particulares e concorrenciais. A reza liberal diz *se sucesso, mérito teu, se fracasso, culpa sua*. Interiorizando o destino e mortificando as relações sociais e os processos amplos que sufocam as existências o homem moderno recolheu-se a seu Eu e passou a cuidar do seu mundo e não percebeu que para assegurar a si precisava reconhecer o outro, dialogar com ele, afinar interesses e juntos buscarem soluções para os problemas.

As interações sociais baseadas na obediência, na exclusão, na negação, no preconceito não podem ser ditas sociais, pois negam a nossa condição de biológica básica de seres racionais, afetivos e solidários e promovem a cultura do não reconhecimento na competição e nos faz sofrer diante dos mínimos obstáculos individuais. Aprofundar o entendimento da razão que vivenciamos, entender a forma sobre como os sujeitos capazes de linguagem e de ação fazem uso de um saber adquirido tanto nas racionalidades presentes nas ações sobre a natureza (trabalho), como nas racionalidades presentes nas manifestações simbólicas, capazes de justificar opiniões. Uma crítica que dê conta das patologias da sociedade moderna, que aponte as crises de fundamentos das categorias de poder (Estado) e do saber (razão) e coloque-se sempre aos

desafios de um processo reflexivo que redimensione a emergência de um novo tipo de racionalidade ética. (Habermas; 1983).

Trata-se, agora, da questão de construir uma racionalidade comunicativa onde seja reabilitadas as estruturas de comunicação, onde seja valorizado o ato de falas com pretensão de validade e sejam resgatados, discursivamente, estas pretensões, para descolonizar o mundo da vida, além de criar as condições ideais de falas, os espaços públicos de diálogos com pautas racionais e universais. Colocar os argumentos científicos em comunicação e integrar o mundo social, fazer com que a ciência se tornasse novamente a reestruturadora do saber contemporâneo para construir um projeto humano, formador da identidade de si mesmo e do mundo. O objetivo da nova razão comunicativa é fazer brotar as forças práticas dos pensamentos cotidianos, reunir as perspectivas democráticas intrínsecos aos conhecimentos, às inovações científicas e as múltiplas reflexões que fazem em instituições, organizações, associações, movimentos sociais, etc.

Hoje temos a necessidade concreta de estabelecer práticas de diálogo com igualdade entre as partes em diálogo aberto, franco, honesto e democrático que não seja apenas um olhar simpático ao outro que, historicamente, sofreu a dominação. Não se pode mais dizer que o outro não existe no mundo porque sua cultura é inútil por ser velha, ultrapassada, primitiva, não moderna ou pós-moderna. Esse diálogo a é uma **tarefa intelectual**, porque implica a pesquisa dos fundamentos e das raízes das culturas em presença; **tarefa política**, porque as culturas em presença são culturas da polis, da sociedade e não de sujeitos privados, singulares; **tarefa econômica**, porque estabelece as condições da distribuição e do consumo dos bens culturais; **tarefa educativa**, porque a experiência do diálogo cultural precisa ser feita na escola, nas instituições religiosas, nos espaços de lazer, no trabalho etc.

Não podemos fazer com se continue olhando e sentindo os outros como estranhos e hostis. O maior desafio é criar e enraizar a cultura de solidariedade como valor que faz parte do indivíduo, pois cada um deverá saber não apenas do que se trata, mas acreditar firmemente nela, incorporar a ela uma parte de sua identidade e de sua autoestima, sentir que, quando se mostra solidário, está de acordo com a cultura do grupo a que pertence, não aparecendo como um ingênuo, e sim como uma pessoa generosa e sensata. Ou seja, deverá existir uma forma de reciprocidade, pois não estamos falando de “santo”, que deve dar sem jamais receber nada em troca, mas esta deve ter por base *um bom cálculo*, a afetividade e um contrato social que expresse responsabilidades mútuas inerentes também à suas implicidades e implicabilidades.

A solidariedade contém visões de mundos, filosofia de vida e também experiências de vida *inter* e entre famílias, comunidades escolares, comunidades religiosas, associações, sindicatos, clubes..., mas se enlaça com os objetivos dos processos educativos sociais. O sistema educativo não pode, como uma igreja, apostar exclusivamente na prescrição, limitar-se a afirmar "É preciso ser solidário!". Seu papel é desenvolver a compreensão do mundo social, do meio ambiente, tentar levar alguém a se dizer "Como se pode não ser solidário quando se vê e se compreende o que se passa em nosso mundo?". Se cada um aceitasse colocar-se certas questões e considerar as implicações de seus atos para os outros e o conjunto da comunidade, certas decisões não-solidárias seriam mais difíceis de tomar. É preciso reforçar a lucidez e proporcionar hábitos e ferramentas intelectuais que ajudem a compreender as implicações de nossa ação e seu significado no que se refere aos grandes princípios, da solidariedade, justiça, democracia, respeito às diferenças ou ao meio ambiente, por exemplo. Solidariedade é a nova razão que emerge da compreensão de que nossas esperanças somente serão satisfeitas na conexão com as esperanças dos outros...Neste sentido, recuperar a idéia de solidariedade é enraizar a cultura da responsabilidade. É na ação prática que podemos visualizar esta razão democrática e solidária que se exige da participação.

A economia Solidária é, então para nós, um *movimento social que agrega as propostas civilizacionais de construção de uma nova plataforma cognitiva organizadora de uma nova estrutura social, um novo modelo de desenvolvimento sustentável social, econômica, política, ecológica e culturalmente*. Iniciou nas ansiedades dos excluídos, se direciona a todos que querem diminuir as ansiedades humanas e está para além do existente em termos de Estado, Sociedade Civil, da Tecnologia, do Direito, da Pedagogia etc. que temos hoje, pois reinventa o mundo do trabalho e das relações sociais. Não se trata apenas de *criar riquezas a partir dos pobres para os pobres ou de não sermos mais irmão pobre da grande economia*. A Economia Solidária é um projeto emancipatório e não se restringe a mitigar os problemas sociais gerados pela globalização neoliberal (Frantz, 2008) Se fundamenta na cultura da cooperação, da solidariedade e da partilha. Ela rejeita as práticas da competição, da exploração e da lucratividade; rejeita a proposta de mercantilização das pessoas e da natureza às custas da espoliação do meio ambiente terrestre, contaminando e esgotando os recursos naturais no Norte em troca de zonas de reserva no Sul; confronta-se contra a crença de que o mercado é capaz de autoregular para o bem de todos, e que a competição é o melhor modo de relação entre os atores sociais; confronta-se contra a

lógica do mercado capitalista que induz à crença de que as necessidades humanas só podem ser satisfeitas sob a forma de mercadorias e que elas são oportunidades de lucro privado e de acumulação de capital; afirma a gestão pública e coletiva dos meios e recursos para produzir riqueza de forma sustentável e nega o sistema em que a grande maioria dos trabalhadores está privada do direito à propriedade e à gestão dos meios e recursos para produzir riquezas a partir dos entendimentos de que os empreendimentos da economia solidária são uma forma pela qual o trabalhador se apodera de uma cidadania ativa em vista da construção de outra cultura econômica e gerencial. Dela é possível emergir geradores de renda e trabalho, as cooperativas de consumo solidário e as cooperativas de crédito solidário, os clubes de troca, as associações sem fins lucrativos que não produzem renda para seus sócios, as organizações cooperativas ou não, cujo objetivo se limita ao bem-estar dos seus sócios e têm dimensão política capaz de produzir novas relações sociais em vista de uma mudança de sociedade.

Os valores de solidariedade cultivados na economia solidária passaram a ser uma construção que se afina com algo de desejo, de projeção, de idealismo, de justiça social e se tornaram objeto de teses, artigos, cursos de formação via sindicatos, organizações de desenvolvimento solidário e órgãos do governo, e assessoria a alguns desses empreendimentos.

Nas universidades, por exemplo, multiplicam-se as incubadoras de cooperativas populares². Passou a economia solidária a se constituir experiências concretas heterogêneas que podem ser assim agrupados: os projetos alternativos formados por pessoas de baixa renda situadas à margem do mercado formal, incluídos os clubes de troca; as cooperativas autogestionárias de trabalho ou de produção (onde encontramos, por exemplo, as cooperativas dos assentados do MST); e as empresas auto ou cooeridas pelos seus trabalhadores oriundos de empresas falidas do mercado formal. As características comuns aos empreendimentos solidários são: a participação coletiva no trabalho e nas decisões de gestão, a posse coletiva dos bens e a repartição das sobras entre os trabalhadores, com a eventual constituição de um fundo solidário para a criação de novos empreendimentos solidários.

Independente dos desdobramentos futuros é fundamental que a Economia Solidária seja uma nova pratica– aquela de uma nova inserção no mundo do trabalho e da economia – que pode gerar uma nova consciência e provocar, sucessivamente, novas

² Temos mais de 45 incubadoras no Brasil, e a maioria delas são organizadas por universidades formando a rede de ITCPs.

mudanças na prática. Esse é o requisito básico, posto nas experiências de economia solidária atualmente em curso, que motiva a ir em busca das possibilidades de cumprimento daquelas exigências. Essas diferencialidades e igualdades são percebidas pelos grupos incluídos que vão aos excluídos. Em muitos lugares se percebem sabedorias subjacentes, não colonizadas e nem colonizadoras. Assim, se os laços vivos da liberdade persistem contra a lógica perversa do aprisionamento do lucro imediato, não há por que, como diz Habermas, nos desesperarmos com o poder, a razão e o Estado. Estamos vivos, pensantes e capazes de linguagem, na universidade, na rua, na associação, na comunidade, então tudo pode ser criado. Como diz Boaventura de Sousa Santos, existem muitas experiências de vidas emancipadas espalhadas por aí, necessitando de serem unidas em uma nova alternativa de vida, em uma nova epistemologia e na utopia da igualdade, que continua viva. A própria Economia Solidária já traz em si experiências do campo alternativo ao capitalismo. Isto é tornar a economia em uma forma de socialização e cidadania, pois, na medida em que vai dando certo a participação, a coexistência e a complementaridade, vai motivando cada vez mais a participação, tornando-se em novíssimo movimento social, implementando o experimentalismo democrático, como uma mobilização se dá contra da exclusão social, da precarização do trabalho, do declínio das políticas públicas, da destruição do meio ambiente e da biodiversidade, do desemprego, das violações dos direitos humanos, dos ódios interétnicos, etc. e propõe outra globalização alternativa e contra-hegemônica, organizada da base para o topo da sociedade.

Já para Touraine (1988), o sujeito hoje debate-se para se proteger e isso significa proteger os seus, aqueles pelos quais guarde profunda afinidade. Sabe que precisa ser forte e por isso não pode se fechar e nem se abrir demais. É o direito a ser diferente, que significa: aquilo que cada um de nós exige, e, sobretudo os mais dominados e os mais desprotegidos, é ser respeitado, não ser humilhado e até, exigência mais ousada, ser escutado – e mesmo ouvido e entendido. Esse sentimento de sujeito não é privilégio das classes médias. Aquilo que assegurava a identidade como ordem religiosa, política ou social provou ser algo manipulador e repressivo. Só lhe resta “o *Eu* que está mais reflexivo e capaz de dizer estou vivo” e procura condições para ser ator da própria história. No caso dos sujeitos em vulnerabilidade social, são perceptíveis como eles selecionam aqueles que dizem desse sofrimento e demonstram estar tratando da divisão e da perda de identidade e o convidam não a entrar para uma grande causa, mas antes de tudo reivindicar o seu direito à existência individual. Os atores devem ter a percepção

desse sofrimento do indivíduo e criar canais para que o desejo de ser sujeito possa se transformar em capacidade de ser ator social, combinando a defesa da identidade cultural com a participação no sistema econômico e político, tornando-os capazes de uma ação coletiva e de um movimento social.

Essa postura supõe a abertura da comunidade e a reconstrução, além do mercado, de um sistema alternativo de produção e comercialização. Somente por meio de ações coletivas é possível a reconstrução do sujeito. Nesse sentido, sujeito é vontade, resistência e luta, e não mais experiência imediata de si mesmo e nem há movimento social possível fora da vontade de libertação do sujeito tornado ator social, que deve ser descoberto a partir da experiência e das vivências do sujeito. A identidade do sujeito só pode ser construída por três forças que se complementam: a) o desejo pessoal de salvaguardar a unidade da personalidade dividida entre o mundo instrumentalizado e o mundo comunitário; b) a luta coletiva e pessoal contra os poderes que transformam a cultura em comunidade e o trabalho em mercadoria; e c) o reconhecimento interpessoal e também institucional do outro como sujeito (Touraine, 1998).

Nesse entendimento não há solidariedade se o sujeito não se reconhecer como tal e não reconhecer o outro como também sujeito. Jamais se procura o outro se não se valoriza a si mesmo, se não há reconhecimento. É aí que entre a educação preparadora da força que compreende que os sujeitos precisam se encontrar e atuar cooperadamente.

Conclusão

Em outras palavras, a economia solidária já se constitui em algumas repostas e, quando pensada junto à ideia de desenvolvimento, pressupõe-se entender que a sustentabilidade terá que ter por base as vivências sociais, econômicas, culturais, políticas e ecológicas. Sem este entendimento, sem despertar a solidariedade que existe em cada ser humano, o indivíduo não se abre, não fala, não participa. Sem isso, não há democracia. Nenhum ser humano pode viver sozinho, fora de qualquer comunidade. Pertencer a grupos sociais, da família à sociedade planetária, é um princípio não apenas de nossa sobrevivência material, mas também de nossa identidade, de nosso desenvolvimento intelectual, de nosso equilíbrio afetivo. No entanto, não podemos imaginar ações solidárias em indivíduos municiados de sofrimentos individuais e misérias.

Precisariam, antes, ter sua liberdade substantiva garantida: alimento, renda, educação e saúde, para que sejam aproveitadas as oportunidades econômicas, a liberdade de escolhas, as facilidades sociais, as transparências e a segurança. *O caminho entre liberdade e responsabilidade é de mão dupla*. Sem a liberdade substantiva e a capacidade para realizar alguma coisa, a pessoa não pode ser responsável por fazê-la. Mas ter efetivamente a liberdade e a capacidade para fazer alguma coisa impõe à pessoa o dever de refletir sobre fazê-la ou não e isso envolve responsabilidade individual. Nesse sentido, a liberdade é necessária e suficiente para a responsabilidade (Sen, 2000, p.321/320).

Dissemos aqui que a economia solidária é um garante a estas liberdades substantivas. Os atores sociais em vulnerabilidade social não estão neste movimento voluntariamente. Estão ali por trabalho de quem despertou para a consciência coletiva, por compreender a necessidade de um mundo novo diferente do capitalismo. Estes atores estão preparados culturalmente para essa ação com o outro, sem confiná-lo, colonizá-lo e, ainda, ao mesmo tempo, senti-las nas dimensões de sujeito cooparticipante de uma mesma realidade. Nada adianta trabalharmos com esses atores sociais esquecendo que é a identidade deles que se encontra dilacerada. É preciso construir mediações para que eles se sintam sujeitos e vejam o outro como também sujeito e assim, juntos, possam se integrar em um movimento societal para refazer seus laços sociais. Percebemos que os atores locais que atuam na economia solidária, especialmente a governança local, apresenta-a como capaz de combinar colaboração solidária com mercado autorregulado, ou fazer da economia solidária um projeto de desenvolvimento local.

Os atores intelectualizados partem suas análises de um contexto de vulnerabilidade social e exclusão a definem como uma metodologia e como uma tecnologia social que busca gerar trabalho e renda, exercendo assim uma função dentro do sistema capitalista, a de corrigir as disfunções do próprio sistema ou maturando avanços culturais para criar imagem de outro mundo possível. Entre estes, há os que partem da constatação da ineficácia do sistema capitalista em gerar bem-estar social conduzem a economia solidária por caminhos de contestação da ordem social vigente (globalização capitalista) e defendem sua organização em redes mundiais (globalização solidária) pronunciando-a, para além de prática econômica alternativa a exclusão gerada pelo sistema, como um novo modo de produção, ambientalmente sustentável e socialmente justo, antagônico ao modo de produção capitalista.

Já os trabalhadores com os materiais recicláveis sentem-se encantado com as possibilidades da Economia Solidária, as experiências e os diálogos com os apoiadores lhes projetam belas expectativas, porém entendem que não avançarão se não tiverem do Estado e as organizações de apoio. Sabem as dificuldades de toda a ordem que permeiam seu mundo de necessidades, o que atrapalha a organização e o trabalho cooperado e autogestionário. Em termos processuais, as grandes dificuldades encontradas pelos sujeitos que trabalham no campo da economia solidária, que embora identificados com formas alternativas de viver e trabalhar percebe o processo de apropriação da cultura auto-organizativa e colaborativa para resultados solidários estão acima de suas possibilidades dos sujeitos em vulnerabilidades sociais.

Esta terrível expressão vulnerabilidade está nas entranhas das disposições do sujeito que resolve não ir ao trabalho, prefere consumir o que ganhou, não compreender a necessidade de seguir as regras que ele mesmo criou, trata mal seus familiares....Difícilmente eles conseguem imaginar outra lógica produtiva e distributiva que possa diferenciar-se da lógica capitalista. Precisa-se de muito mais tempo para eles criarem cultura democrática participativa e neste tempo precisam de ações que garantam condições de visualizarem resultados práticos para suas vidas. A democracia está muito mais nas estruturas racionais montadas, mas não nas disposições dos sujeitos. Esta racionalidade não está conseguindo se impor diante das mentalidades preguiçosas, irresponsáveis e consumista que o capitalismo montou nos sujeitos envolvidos. Talvez Marx tivesse razão ao falar do significado da democracia para o proletariado que em sua transição para uma sociedade igualitária econômica, política e socialmente passava por endurecimento das forças emancipatórias, que foi interpretado como *Ditadura do Proletariado*. Pois é, a voluntariedade não está valendo nestes grupos, a democracia ali mais parece um *deixai fazer* o que se quer e o querer está viciado pela lógica perversa do capital...Mas não sei como criar isso se eles mesmos não criarem esta força de autoridade que a democracia requer... O caminho é longo, mas o que nos resta é caminhar.

Leituras recomendadas.

BARCELOS, Eronita Silva. RASIA, Pedro Carlos. SILVA, Enio Waldir da. **Economia Solidária: Sistematizando Experiências**. Ijuí. Ed. Unijuí, 2010.
CAMPILONGO, Celso Fernandes. **O direito na sociedade complexa**. São Paulo: Max Limonad, 2000.

CRUZ, Antônio. **A Acumulação Solidária: os desafios da economia associativa sob a mundialização do capital**. UFPEL - Universidade Federal de Pelotas, 2006

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. **Teoria e Práticas em Economia Solidária: Problemática, Desafios e Vocação**. Palestra pronunciada em ocasião do V WORKSHOP EMPRESA, EMPRESÁRIOS E SOCIEDADE. Porto Alegre, 2 a 5 de maio de 2006 – PUCRS

DAGNINO, Evelina. “¿Sociedade civil, participação e cidadanía: de que estamos falando?” In: Daniel Mato (Coord.), Políticas de cidadanía y sociedad civil en tiempos de globalización. 2004.

DUVIGNAUD, Jean. **A Solidariedade - laços de sangue, laços de razão**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

FRANTZ, Walter. **Considerações Gerais sobre Economia Solidária**. Apontamentos de Aula, embasados em textos de Euclides Mance e outros. Ijuí. Ijuí, 2008.

FRANTZ, Walter. **Organizações solidárias e Cooperativas: espaços de educação e bases da Economia Solidária**. Ijuí/RS: Unijui, 2008.

FEDOZZI, Luciano. **Orçamento participativo e esfera pública – elementos para um debate conceitual**. In: FISCHER, Nilton Bueno; MOLL, Jaqueline (Org.). Por uma nova esfera pública – a experiência do orçamento participativo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

GAIGER, L. I. G. **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GAIGER, Luiz Inácio. **A solidariedade como alternativa econômica para os pobres**. Contexto e Educação. Ijuí, v. 13, n. 50, p. 47-71, 1998.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos e lutas sociais na história do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1995

HABERMAS, J. **Mudanças estruturais da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

---**Teoría de La acción comunicativa**– racionalidad de la acción y racionalización social. Madrid: Taurus, 1999. V. 1 e 2.

MANCE, Euclides André. **Redes de Economia Solidária: a expansão de uma Alternativa Global**. In: MANCE, Euclides André. **A revolução das Redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

OTTMANN, goetz. **Habermas e a esfera pública no Brasil – considerações conceituais**. São Paulo: Cebrap, 2004.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SINGER, Paul. SOUZA, André Ricardo de. **A Economia Solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego**. SP. Ed. Contexto, 2003.

SILVA, Enio Waldir da. **A Solidariedade Educa - Ações da Universidade na Economia Solidária**. Anais do Simpósio Internacional de Extensão Universitária em Economia Solidária e 3º congresso da Rede ITCPs (Rede de Incubadora Universitárias Tecnológicas e Cooperativas Populares). Porto Alegre, Março de 2011.

SILVA, Enio Waldir da. **Apontamentos sobre as Dimensões Assumidas no Conceito de Solidariedade que Orientam as Ações em Economia Solidária**.

SILVA, Enio Waldir da. **Sociologia Jurídica**. Ijuí/RS: Unijui, 2012. SILVA, Enio Waldir. **Esfera pública, Cidadania e Gestão Social**. Ijuí/RS: Unijui, 2011

SOUSA SANTOS, Boaventura (Org). **Democratizar a democracia – os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

-----**Conhecimento prudente para uma vida decente**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

TOURAINÉ, Alan .**Podemos viver juntos?** Iguais e Diferentes. Petrópolis (RJ):
Vozes,1997

SITES INTERESSANTES

<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/manifestocomunista.pdf>. Acessado em 04 de março de 2012.

www.expocatadores.com.br. Acessado em 19 de outubro de 2011.

www.lixo.com Acessado em 19 de outubro de 2011.

www.mncr.org.br. Acessado em 19 de outubro de 2011.

www.polis.org.br. Acessado em 19 de outubro de 2011.

www.revistapesquisa.fapesp.br. Acessado em 19 de outubro de 2011.

www.redeitcps.org.br. Acessado em 19 de outubro de 2011.